



MARCELLA VIEIRA DINIZ PINTO

**A “FIRMEZA PERMANENTE” PARA RESISTIR: UMA
ANÁLISE ECOFEMINISTA DA LUTA SINDICALISTA DOS
QUEIXADAS**

**LAVRAS – MG
2021**

MARCELLA VIEIRA DINIZ PINTO

**A “FIRMEZA PERMANENTE” PARA RESISTIR: UMA ANÁLISE ECOFEMINISTA
DA LUTA SINDICALISTA DOS QUEIXADAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte das
exigências do Curso de Direito, para a obtenção
do título de Bacharel.

Prof. Dr. Gustavo Seferian Scheffer Machado
Orientador

**LAVRAS – MG
2021**

MARCELLA VIEIRA DINIZ PINTO

**“A “FIRMEZA PERMANENTE” PARA RESISTIR: UMA ANÁLISE ECOFEMINISTA
DA LUTA SINDICALISTA DOS QUEIXADAS”**

**“THE "PERMANENT STRENGTH" TO RESIST: AN ECOFEMINIST ANALYSIS OF
THE “QUEIXADAS” UNIONSIST STRUGGLE”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte das
exigências do Curso de Direito, para a obtenção
do título de Bacharel.

APROVADA em ____ de _____ de 2021.
Prof. Dr. Gustavo Seferian Scheffer Machado UFMG
Larissa do Vale Teixeira UFMG

Prof. Dr. Gustavo Seferian Scheffer Machado
Orientador

**LAVRAS – MG
2021**

RESUMO: A Greve das e dos Queixadas é histórica e durou de 1962 a 1969, tendo como escopo principal reclamações contra o grupo Abdalla que era dono da fábrica de cimento da região de Perus, em São Paulo. Nesse contexto, as mulheres eram responsáveis pela manutenção do ânimo de seus companheiros e, muitas vezes, pela manutenção econômica de suas casas por atuaram diretamente em passeatas e piquetes para chamar a atenção da opinião pública. Nesse sentido, o presente trabalho visa demonstrar como as reivindicações contemporâneas da luta sindicalista das e dos Queixadas podem ser interpretadas à luz do ecofeminismo por meio de suas práticas políticas sociais e ambientais. O método de análise do trabalho se enquadra como textual-discursivo e o procedimento de pesquisa se deu por meio levantamento bibliográfico e documental. Propor a ótica do ecofeminismo é desafiar nossos olhares já treinados por um conhecimento pautado por homens e direcionados para manutenção do poder baseada em concepções de riqueza deturpadas pelo capitalismo. Assim, sugestões foram feitas para que o movimento Queixada seja ressignificado em prol do reconhecimento do trabalho de mulheres e também do avanço em termos ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Queixadas; luta sindicalista; teoria ecofeminista.

ABSTRACT: The Queixadas unionist struggle is historical and lasted from 1962 to 1969, having as its main axle, claims about the Abdalla's group, whose owned the cement factory around Perus, in Sao Paulo. In that context, women were in charge of the maintenance of the mood of their husbands and, sometimes, for the economical maintenance of their houses, for act directly in marches and pickets in order to claim public opinion attention. In that regard, this article aim to demonstrate how the contemporary claims of the Queixadas unionist struggle can be interpreted in the light of Ecofeminism through its political, social and environmental practices. The analysis method of this article fits as discursive-textual and the search procedure happened through bibliographic and documentary survey. To propose the Ecofeminist optics is to challenge our already trained visions for a knowledge lined by men and directed to the maintenance of power based in conceptions of wealth distorted by capitalismo. Therefore, suggestions were made for that the Queixadas movement could be reframed in favor of the recognition of women work e also of the advance in environmental terms.

KEYWORDS: Queixadas; unionist struggle; ecofeminist theory.

SUMÁRIO

INTRUDOÇÃO	5
1 O CONTEXTO SINDICAL NO BRASIL E NO MUNDO	5
2 A LUTA SINDICALISTA QUEIXADA E A PARTICIPAÇÃO FEMININA	11
3 A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA ECOFEMINISTA PARA AS REINVINDICAÇÕES EVIDENCIADAS PELAS E PELOS QUEIXADAS	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23

INTRUDOÇÃO

O que ocorreu e está vivo em Perus, periferia da cidade de São Paulo, é um *frame* do que a luta sindical brasileira pode nos mostrar sobre o que precisamos refletir para evoluirmos no âmbito trabalhista. O presente trabalho visa demonstrar como as reivindicações contemporâneas da luta sindicalista das e dos Queixadas podem ser interpretadas à luz do ecofeminismo por meio de suas práticas políticas sociais e ambientais.

Para tanto, se amparará em uma finalidade básica estratégica porque visa aprofundar o tema e construir bases para que problemas sejam resolvidos. Ainda, os objetivos se enquadram como descritivos porque terão vertente teórico-metodológica, ou seja, será feita investigação como método de análise textual-discursiva. O procedimento da pesquisa se deu por meio de levantamento bibliográfico e documental com a devida revisão de literatura. Para melhor aproveitamento dos materiais após sua devida seleção, foram utilizadas estratégias de estudo específicas, como fichamento e destaque de trechos.

Nesse sentido, o primeiro tópico trará um panorama sobre a luta sindical no mundo e no país para seja possível identificar o contexto histórico de formação e auto-organização da luta dos Queixadas dentro do modo de produção capitalista. Em seguida, o segundo tópico visa descrever, especificamente, o movimento grevista brasileiro a partir da luta sindicalista das e dos Queixadas. Também, servirá para dar voz às participações de mulheres na luta sindicalista Queixada, com base especial no trabalho de Maria Madalena Ferreira Alves. Assim, no terceiro tópico, em tons propositivos, o trabalho analisará essa luta pela óptica da teoria ecofeminista buscando verificar como as reivindicações contemporâneas da luta sindicalista das e dos Queixadas podem ser reanalisadas enquanto práticas político-sociais revolucionárias ecofeministas.

1 O CONTEXTO SINDICAL NO BRASIL E NO MUNDO

De antemão, é preciso entender que, sem sindicatos livres e autônomos, a luta do trabalhador brasileiro estará fadada a enfrentamentos em condições de extrema desigualdade. E, para caminhar em direção a isso, é preciso compreender o histórico da luta sindical no mundo e no Brasil, compreendendo sua historicidade. É preciso superar a barreira da estreita

capacidade dos sindicatos atuais de se tornarem instrumentos de luta e organização dos trabalhadores¹.

Os sindicatos surgiram com a afirmação histórica capitalista, que precedem no tempo os processos dados no contexto da Inglaterra, ou seja, em contexto europeu de desenvolvimento capitalista. Na passagem do feudalismo para o modo de produção capitalista, os proprietários que monopolizavam a terra deram lugar à conformação de uma outra classe proprietária, que fomentou a produção industrial submetendo os artesãos independentes ao seu controle².

Por essa razão elegemos o exemplo inglês como modelo expositivo, reconhecendo que no restante da Europa esse processo se deu de modo diferido no tempo, mas acompanhando tendência comum do processo de lutas sociais e resposta jurídico-institucional.

Para que os sindicatos surgissem, capital e trabalho traçaram uma linha divisória enquanto condição material objetiva. Em 1780, os primeiros sindicatos surgiram com oficiais artesãos cuja qualificação foi adquirida em longa aprendizagem e cujo nível de vida tinha sido protegido por leis medievais ao longo dos séculos anteriores. Aqui, cabe citar as *Combination Acts*, de 1799-1800, que proibiam a livre associação e estabeleceram um período de perseguição feroz às associações operárias³.

Nos primeiros vinte anos do século XIX, os trabalhadores se organizaram em prol de um objetivo comum que era enfrentar o capitalismo, assumindo suas lutas, por diversas nuances, um caráter revolucionário. Foram exigidos direito de reunião, direito de associação e liberdade de imprensa. Além disso, se formaram os primeiros sindicatos completamente nacionais em profissões específicas⁴.

Já em 1824 e 1825, no contexto inglês, em consonância com essas organizações, foi possível a abolição das leis que proibiam a livre associação. Os objetivos dos sindicatos, em suma, eram fixação e aumento dos salários, negociações coletivas com os patrões, manter os salários iguais em cada ofício e negociações de "escalas salariais". Em caso de não-aceitação

¹STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate: o sindicato e sua história.** Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.

²STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate: o sindicato e sua história.** Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.

³STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate: o sindicato e sua história.** Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.

⁴STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate: o sindicato e sua história.** Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.

por parte dos capitalistas, boicote de sua empresa, limitação de aprendizes, impedimento da introdução de máquina e apoio aos operários desempregados⁵.

Por sua vez, a década de 1830 marcou por determinar uma "nova ordem social" com agitação política baseada em lutas salariais, sendo possível observar que os empregadores passaram a negar emprego aos trabalhadores sindicalizados. Dentro desse cenário, surgiu o Movimento Cartista (1837 a 1848), que foi um movimento sindical que trazia reivindicações políticas constitucionais, tais como o sufrágio universal, eleições parlamentares anuais, salários para os deputados parlamentares, eleições por escrutínio secreto, circunscrições eleitorais iguais e abolição da cláusula de que só os proprietários de terras no valor de pelo menos 300 libras esterlinas poderiam ser candidatos⁶.

O novo modelo, marcado na década de 1840, trouxe ao capitalismo inglês a possibilidade de expansão industrial e comercial e o movimento sindical tentou promover reformas específicas e limitadas de acordo com o que a ordem vigente permitia. Nos anos 1850, após esse desenvolvimento capitalista, era possível observar uma organização centralizada com funcionários pagos e uma rígida administração dos fundos, bem como uma previdência social, que afastaram o agito das greves⁷.

Em 1878 e 1879, no entanto, ocorreu o fim do monopólio industrial da Inglaterra que afetou o poder de pressão dos sindicatos, de modo que o movimento sindical se dividiu pelas lutas pelo controle administrativo nos vários ramos sindicais. Líderes socialistas e jovens líderes sindicais passaram a criticar sindicatos aliados ao Partido Liberal, criando uma nova indisposição política, que desencadeou novos sindicatos com lideranças socialistas e marxistas a partir de 1888⁸.

Atualmente, entende-se que era necessário que proletariado inglês se colocasse frontalmente contra política e instituições da burguesia, mas os moldes históricos que carregavam heranças medievais e aristocráticas podem ter impedido tal postura. É importante ter consciência disso para compreender que o sindicalismo é vivenciado na América Latina de maneiras particulares⁹.

⁵STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate**: o sindicato e sua história. Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.

⁶STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate**: o sindicato e sua história. Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.

⁷STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate**: o sindicato e sua história. Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.

⁸STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate**: o sindicato e sua história. Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.

⁹ STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate**: o sindicato e sua história. Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.

Diferentemente do que foi descrito na óptica europeia, até fins do século XIX, a vida econômica e social da América Latina era marcada pelo domínio de grandes latifúndios com uma produção voltada para exportação. Em 1870, devido ao desenvolvimento do capitalismo na Europa e Estados Unidos da América, os países latinos tinham produção voltada também para crescente de matérias-primas e alimentos que somente poderiam ser encontrados em abundância nos países colonizados¹⁰.

Assim, ocorreu um surto industrial e, conseqüentemente, surgiram greves que foram duramente reprimidas contra trabalhadores imigrantes com ideologia anarquista ou socialista. Apenas após a crise mundial de 1929, naqueles países que possuíam condições, um novo surto industrial gerou uma burguesia industrial que pôs em prática uma legislação social e sindical "paternalista". Esse processo, adiantando informações, se encerrou apenas nos anos 60 com esgotamento do processo de industrialização e surgimento de novos setores produtivos e nova camada de operários¹¹.

Especificamente no Brasil, o sindicalismo surgiu nos últimos anos do século XIX, sendo a economia cafeeira eixo motor da transição brasileira. O processo de industrialização está diretamente ligado a libertação dos escravos e sua substituição pelo trabalhador assalariado. Já que as possibilidades de expansão sobre a base do trabalho escravo eram muito limitadas, em 1888 a escravidão foi totalmente proibida em todo o território nacional, e a imigração passou a ser vista como único modo de obter a força de trabalho necessária para aproveitar a crescente do mercado mundial¹².

Em 1850, as imigrações foram realizadas através de financiamento do Estado com regras semelhantes ao que escravos estavam condicionados, mas, dez anos depois, as despesas relativas à imigração passaram a ser pagas pelos fazendeiros. Por lógica de repressão da época, o direito de associação era absolutamente proibido e as vias férreas eram o elo entre regiões produtoras e centros exportadores, sendo que as condições específicas do meio rural dificultaram qualquer possível organização dos trabalhadores¹³.

Na cidade, por sua vez, estavam presentes alguns requisitos mínimos para o surgimento de um movimento operário. Do fim do século XIX até o início dos anos vinte, três foram as correntes que tiveram influência no movimento operário: o anarquismo, o socialismo

¹⁰ STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate: o sindicato e sua história.** Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.

¹¹ STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate: o sindicato e sua história.** Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.

¹² STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate: o sindicato e sua história.** Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.

¹³ STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate: o sindicato e sua história.** Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.

reformista e o trabalhismo. O primeiro era mais expressivo no Rio de Janeiro e presente em uma estrutura social diversificada como a "classe média". Baseava-se nas atividades de navegação e ferrovias, com incentivo à formação de partidos com fins eleitorais e era majoritariamente organizado por políticos ou militares¹⁴.

O socialismo era resumido a um pequeno círculo com escassa penetração nos meios populares, formado por uma "classe média" intelectual e alguns gráficos. Destacou-se pela atuação na esfera política defendendo a formação de um partido e a necessidade de estabelecer um programa mínimo democrático. E, por fim, o anarquismo focava em criar o sindicato como único órgão capaz de agrupar operários conscientes com base em interesses econômicos comuns, de modo que negava funções assistenciais a essa organização¹⁵.

Aqui, cabe destacar a importância do ano de 1917, quando ocorreu a greve geral paulista como símbolo de crise do capitalismo ocidental. Diversos eram os conflitos sociais ampliados pelas condições da Primeira Guerra Mundial, do surto industrial, da formação de núcleos urbanos, dos novos conflitos capital-trabalho assalariado, das greves especificamente setoriais e das rebeliões de grande dimensão. Naquele ano, se completavam 29 anos desde o fim oficial da escravidão com um duro embranquecimento da população, até mesmo pelo viés formal¹⁶.

Ao analisar essas questões históricas, é preciso ter noções raciais e de gênero. Como dito, a América Latina carrega uma realidade complexa em que havia existência da escravização de populações não brancas já quando o capitalismo se estruturava sobre o trabalho livre. É preciso contrapor assalariados brancos em relação aos não assalariados negros. Essa perspectiva é baseada no que Marcelo Badaró Mattos aponta sobre a dificultosa (mas necessária) superação do marco de 1888 para interpretação da história da classe operária brasileira e estudo da organização das classes sem separação entre trabalhadores brancos e trabalhadores negros¹⁷.

O fato é que a escravidão influenciou na condição dos trabalhadores assalariados, sendo que as questões materiais e objetivas uniram brancos e negros no decorrer da história.

¹⁴ STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate: o sindicato e sua história**. Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.

¹⁵ STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate: o sindicato e sua história**. Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.

¹⁶ MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer; GÓIS, Tainã. Os reflexos de quem somos: hipóteses acerca do trato racial e da auto-organização na constituição da classe operária e do direito do trabalho na primeira república. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia: v. 45, n. 1, 2017.

¹⁷ MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer; GÓIS, Tainã. Os reflexos de quem somos: hipóteses acerca do trato racial e da auto-organização na constituição da classe operária e do direito do trabalho na primeira república. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia: v. 45, n. 1, 2017.

O problema é que, atualmente, interpretar os contextos de luta sindical e trabalhista é se esforçar para superar o esforço feito para o apagamento dos personagens negros. A ideia que paira no imaginário de todos é de uma classe trabalhadora homogênea e branca¹⁸.

Contudo, a ideia de hierarquia das raças está diretamente ligada a organização da forma de trabalho e, conseqüentemente, os negros se mantiveram desvalorizados na condição de assalariados porque sua cor é fator condicionante do valor da sua força de trabalho. O ano de 1917 evidencia como a sociedade brasileira estava imersa nessas problemáticas sociais, afinal, ocorreram movimentos como de Canudos, Contestado, Revolta da Vacina e da Chibata, que representam várias lutas de classe de composição heterogênea¹⁹.

Após a Primeira Grande Guerra e no período da Segunda Guerra, o país passou por etapas decisivas de redemocratização conduzidas pela burguesia. A política trabalhista era fundada na colaboração de classes e firmou-se com o crescimento do PC, que era marcado pela ideologia pequeno-burguesa desde o início dos anos 30 e ressurgiu em 1943. Junto ao MUT, causavam entraves a greves que se manifestavam por questões políticas e ideológicas da época, marcada por uma democracia populista sustentada por um governo burguês²⁰.

Liberar o sindicato, portanto, era um projeto político que se limitava aos poderes distribuídos nessas condições. O próprio populismo se relaciona com o sindicalismo baseado na correlação de forças e interesses. A direção do PC, ao se redirecionar pelas bases operárias e ter um papel mais ativo e mais estimulante, teve seu registro cassado. Nos anos 50, a prática populista aliada ao "nacionalismo" se veria reforçada, com comprometimento das lideranças sindicais ao governo²¹.

Entre 1960 e 1964, com o esgotamento da expansão industrial da década de 50, ocorreu um pesado arrocho salarial e o golpe militar reprimiu as lideranças sindicais e populistas que reagiram a esse novo momento. Proibiu-se a formação de Centrais Sindicais, intersindicais, sendo apenas o CGT aquele que representava a união de sindicatos com ligação ao Estado e sem bases constituídas nos locais de trabalho²².

¹⁸ MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer; GÓIS, Tainã. Os reflexos de quem somos: hipóteses acerca do trato racial e da auto-organização na constituição da classe operária e do direito do trabalho na primeira república. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia: v. 45, n. 1, 2017.

¹⁹ MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer; GÓIS, Tainã. Os reflexos de quem somos: hipóteses acerca do trato racial e da auto-organização na constituição da classe operária e do direito do trabalho na primeira república. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia: v. 45, n. 1, 2017.

²⁰ STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate: o sindicato e sua história**. Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.

²¹ STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate: o sindicato e sua história**. Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.

²² STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate: o sindicato e sua história**. Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.

Para romper com o populismo, era preciso organização de base e independência ideológica em relação à burguesia, mas a repressão fez seu papel e as lutas sindicais passaram por fortes momentos de enfraquecimento durante o período ditatorial. Atualmente, podemos ver que o sindicalismo autêntico clama por um ressurgimento e os sindicatos são, em sua grande maioria, organizados pela base territorial municipal. Diversas questões podem e devem ser debatidas para que seja possível avançar, como reformas trabalhistas, atuação do Ministério do Trabalho, controle financeiro de sindicatos, estatuto padronizado, imposto sindical, etc. Não cabendo maiores considerações e estando cumprida a missão de dar uma visão geral sobre as lutas sindicais que permeiam a história das e dos Queixadas, é essencial entendermos elementos específicos como raça e gênero, bem como nos libertar de modelos rígidos e esquemáticos para dar vazão a criatividade combativa²³.

2 A LUTA SINDICALISTA QUEIXADA E A PARTICIPAÇÃO FEMININA

A obra “Bumba meu queixada”, de Cesar Vieira (pseudônimo de Idibal Pivetta) é um ponto de partida interessante para compreensão dos impactos do movimento de Queixadas no país. São Paulo foi o local da primeira encenação, em 24 de novembro de 1978, no Teatro Núcleo Expressão, contando com a presença de Augusto Boal. O roteiro demonstra como o Sindicato dos Queixadas se apresentou como um movimento vigoroso, intenso, antissistêmico, comunitário, ecologicamente consciente e referenciado²⁴.

Uma de suas primeiras grandes greves exigia que o patrão aumentasse os salários ou diminuísse o preço do cimento produzido na fábrica, proporcionando acesso mais fácil do bem a toda classe trabalhadora. A ideia da peça, portanto, é justamente valorizar esse processo de mobilização realizado no ABC Paulista e o processo do Novo Sindicalismo brasileiro, já que as greves de operários de Osasco-SP e Contagem-MG no ano de 1968 são influências diretas da história contada e vivida²⁵.

A título de contextualização, a peça se enreda por cinco cenas, a primeira se propõe a introduzir o público ao espaço, apresentar parte das personagens e expor a forma estrutural pela qual se desenvolverá. De cara, é possível observar uma leitura interseccional com

²³ STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate: o sindicato e sua história**. Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.

²⁴SEFERIAN, Gustavo. Bumba, meu queixada, de César Vieira: um monumental cultural aos "operários sabedô dos seus direitos". In: Melo, Ezilda; Serau Júnior, Marco Aurélio. (Org.). **Pluralidades do Sentir: Artes Plásticas, Dança e Teatro no Direito Brasileiro**. 1ed.Salvador: Studio Sala de Aula, 2021, v. 1, p. 228-247.

²⁵SEFERIAN, Gustavo. Bumba, meu queixada, de César Vieira: um monumental cultural aos "operários sabedô dos seus direitos". In: Melo, Ezilda; Serau Júnior, Marco Aurélio. (Org.). **Pluralidades do Sentir: Artes Plásticas, Dança e Teatro no Direito Brasileiro**. 1ed.Salvador: Studio Sala de Aula, 2021, v. 1, p. 228-247.

perspectiva de classe que considera as questões de raça e gênero. Por exemplo, essa perspectiva fica evidente quando se afirma que “*muié é gente e num é só objeto de mercado!*” ou quando se nega que mulheres deixem o espaço, já que a polícia viria a repreender o movimento grevista, “*Zequinha – Já vai engrossá...é melhó as mulher retirá. Ceição – Qui é isso, Zequinha? Dixa de fricote. Nós segura o rebote. Estela – Nem pensa essa besteira, nós como companheira!*”²⁶.

Outras cenas e locais aparecem com importância. O Parque Arco-íris apresenta cenas de exploração e constrangimento praticadas pelo dono do parque, Seu Kong, com insurgentes sendo violentamente contidos pela polícia. Na casa da família queixada, é mostrada uma vida sofrida influenciada pelos apuros vividos no trabalho e a sanha assassina patronal²⁷.

Assim, há representação do processo de opressão e exploração que geraram uma reação organizada das classes trabalhadoras, sendo mostrada a greve, sua deflagração, seus motivos, a formação das Comissões de Fábrica, as reclamações na Justiça do Trabalho, a ocupação de fábricas, a invasão policial e as eventuais mortes de operários. No momento que se retoma a ambientação do Parque Arco-íris, inclusive, é claramente mostrado que trabalhadores do entretenimento se insurgem, reclamam justiça e assumem para si o reconhecimento do fazer histórico²⁸.

Em Perus, o processo de urbanização da região ocorreu em grande parte devido à Estrada de Ferro que propiciou acesso facilitado. Com a chegada da Fábrica, todo bairro passou a se movimentar em razão da atividade ali desenvolvida. Nos anos 20 e 30, surgiram vilas de operários e, em 1934, Perus já contabilizava 2504 habitantes e se caracterizava como distrito, ou seja, surgia como um bairro independente²⁹.

J.J. Abdalla era um homem de grande poder e considerado um “mau patrão”, já que piorou as condições de trabalho quando se tornou proprietário, até pela mudança cimental que

²⁶SEFERIAN, Gustavo. Bumba, meu queixada, de César Vieira: um monumental cultural aos "operários sabedô dos seus direitos". In: Melo, Ezilda; Serau Júnior, Marco Aurélio. (Org.). **Pluralidades do Sentir**: Artes Plásticas, Dança e Teatro no Direito Brasileiro. 1ed.Salvador: Studio Sala de Aula, 2021, v. 1, p. 228-247.

²⁷SEFERIAN, Gustavo. Bumba, meu queixada, de César Vieira: um monumental cultural aos "operários sabedô dos seus direitos". In: Melo, Ezilda; Serau Júnior, Marco Aurélio. (Org.). **Pluralidades do Sentir**: Artes Plásticas, Dança e Teatro no Direito Brasileiro. 1ed.Salvador: Studio Sala de Aula, 2021, v. 1, p. 228-247.

²⁸SEFERIAN, Gustavo. Bumba, meu queixada, de César Vieira: um monumental cultural aos "operários sabedô dos seus direitos". In: Melo, Ezilda; Serau Júnior, Marco Aurélio. (Org.). **Pluralidades do Sentir**: Artes Plásticas, Dança e Teatro no Direito Brasileiro. 1ed.Salvador: Studio Sala de Aula, 2021, v. 1, p. 228-247.

²⁹ALVES, Maria Madalena Ferreira. **Mulheres em luta**: uma outra história do Movimento "Queixadas" de Perus. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

acompanhou essa fase. Não havia garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas e seu objetivo era levar a fábrica à falência para arrematá-la em leilão³⁰.

A Greve das e dos Queixadas traz esse nome em referência aos “porcos do mato que ao perceberem o perigo, reúnem-se em manadas, obrigando o inimigo a refugiar-se”. Já organizados em lutas anteriores, realizaram uma greve histórica que durou de 1962 a 1969 e tinha como escopo principal reclamações contra o grupo Abdalla. Nesse contexto, as mulheres eram responsáveis pela manutenção do ânimo de seus companheiros e, muitas vezes, pela manutenção econômica de suas casas por atuaram diretamente em passeatas e piquetes para chamar a atenção da opinião pública³¹.

Essa informação deve ser lida junto com a noção de que tarefas domésticas, atribuídas normalmente às mulheres, não são contadas como trabalho pela sociedade. A mulher que opta pelo trabalho remunerado sofre com uma dupla jornada de trabalho e, ainda, sofre com a discriminação por parte da sociedade que a acusa de não cuidar corretamente de sua família, incluindo marido e filhos. Além, se a mulher busca qualificação e estudo, dificilmente contará com ajuda do companheiro para seu crescimento profissional e intelectual³².

Na mesma toada, algumas categorias são reservadas às mulheres pela subordinação ou caráter auxiliar e, nas igrejas, homens ocupam espaços de lideranças e mulheres cuidam do espaço físico, da visita aos doentes e da ação social. É importante entender isso porque a fé e religiosidade dos líderes da greve foi ponto importante, inclusive pelo princípio de Não-Violência Ativa³³.

A partir disso, alguns apontam o surgimento do sindicalismo em Perus em 1909, com a fundação ligada aos anarquistas, mas, comprovadamente, temos 1933 pelo testemunho de João Breno, que levou todo o movimento operário de Perus ao cenário nacional e mundial nos anos seguintes. O primeiro embate entre a nova direção do sindicato e Abdalla se deu em 1957 e, em 1958, houve uma greve de 46 dias em todo o complexo cimenteiro, com o sindicato de Perus em evidência. Apesar de terem ganhado a grande paralisação que durou até

³⁰ALVES, Maria Madalena Ferreira. **Mulheres em luta**: uma outra história do Movimento "Queixadas" de Perus. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

³¹ALVES, Maria Madalena Ferreira. **Mulheres em luta**: uma outra história do Movimento "Queixadas" de Perus. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

³²ALVES, Maria Madalena Ferreira. **Mulheres em luta**: uma outra história do Movimento "Queixadas" de Perus. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

³³ALVES, Maria Madalena Ferreira. **Mulheres em luta**: uma outra história do Movimento "Queixadas" de Perus. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

1969, os salários só foram pagos em 1975, no Sindicato Indústria Cimento Cal e Gesso de São Paulo³⁴.

Outra faceta importante foi, justamente, a perspectiva ecológica de quem conviveu de perto com as consequências do pó de cimento para a saúde da população. O movimento grevista incorporou essa dimensão ecológica ao questionar os males causados pelo pó de cimento que invadia as casas de Perus. Em 1973, balizadas pela experiência anterior, mulheres foram às ruas em passeata contra o pó de cimento que poluía a região. Em 1980, a fábrica foi colocada à venda e, em 1986, foi fechada. A participação feminina, no entanto, não foi imediatamente percebida porque as próprias mulheres deixaram de ver seu valor na efetividade do movimento das e dos Queixadas³⁵.

Como temas jurídicos, aponta-se o Estado como garantidor da ordem vigente de exploração capitalista como normal e rotineira; a relevância da visão unitária de entendimento das atividades produtivas e reprodutivas; as limitações do Direito do Trabalho quanto ao que se discute sobre salário e luta política no geral; a ética como debate ignorado em práticas capitalistas; e a importância do conhecimento do Direito do Trabalho para que se faça política com estratégia e tática, mesmo que na via judicial. Especificamente sobre as forças de repressão, entende-se que se organizam como defesa do capital e de seus agentes, afinal a atuação policial é um dos grandes impeditivos do processo de organização e troca social de trabalhadores³⁶.

No mais, o que seria interessante destacar dentro da perspectiva que a peça indicada no início do tópico nos mostra, é a necessidade de abordagem unitária das atividades produtivas e reprodutivas no bojo das práticas predatórias capitalistas. Isso porque se marca não só pela exploração assalariada, mas também pela tomada do trabalho reprodutivo e de cuidado, invariavelmente de forma gratuita, que em nossa sociedade recai de forma mais acintosa nas mulheres³⁷.

O presente trabalho se atenta justamente a isso. A trajetória das e dos Queixadas ocorre por meio de operário do cimento e cal, mas também por meio das donas de casa,

³⁴ALVES, Maria Madalena Ferreira. **Mulheres em luta**: uma outra história do Movimento "Queixadas" de Perus. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

³⁵ALVES, Maria Madalena Ferreira. **Mulheres em luta**: uma outra história do Movimento "Queixadas" de Perus. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

³⁶SEFERIAN, Gustavo. Bumba, meu queixada, de César Vieira: um monumental cultural aos "operários sabedô dos seus direitos". In: Melo, Ezilda; Serau Júnior, Marco Aurélio. (Org.). **Pluralidades do Sentir**: Artes Plásticas, Dança e Teatro no Direito Brasileiro. 1ed.Salvador: Studio Sala de Aula, 2021, v. 1, p. 228-247.

³⁷SEFERIAN, Gustavo. Bumba, meu queixada, de César Vieira: um monumental cultural aos "operários sabedô dos seus direitos". In: Melo, Ezilda; Serau Júnior, Marco Aurélio. (Org.). **Pluralidades do Sentir**: Artes Plásticas, Dança e Teatro no Direito Brasileiro. 1ed.Salvador: Studio Sala de Aula, 2021, v. 1, p. 228-247.

prestadores de serviço, desempregados e desempregadas dos outros ramos de atividade. Nenhuma ação seria possível sem atividades de reprodução social, sobretudo o trabalho de cuidado, que devem ser devidamente valorizadas. Devemos tirar esse espaço doméstico do isolamento e sofrimento propiciado por uma visão limitada do Direito do Trabalho³⁸.

Por fim, destacamos que a greve é um instrumento da luta de todas e todos os trabalhadores explorados em nosso tempo histórico, na sociedade capitalista, moderna, industrial e ocidental. A luta por direitos, sejam novos ou já conquistados, é uma problemática reiterada porque enseja constante disputa por direitos ou por sua efetivação através a intervenção sindical. A luta coletiva, por sua vez, deve ser vista como consagradora efetiva dos interesses de quem trabalha, inclusive dentro de um registro mais amplo e classista de justiça. A própria vida precisa ser reinterpretada quando se pensa no fim da exploração, pois a ordem social vigente é baseada em uma exploração de riquezas humanas e naturais que precisa ser superada em prol de meios de vida mais eficientes³⁹.

3 A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA ECOFEMINISTA PARA AS REINVIDICAÇÕES EVIDENCIADAS PELAS E PELOS QUEIXADAS

Nas entrevistas com mulheres dos Queixadas promovidas por Maria Madalena Ferreira Alves em sua dissertação de mestrado pela PUC São Paulo, defendida no ano de 2011, observamos QXC de 77 anos relatando que assumia sozinha a responsabilidade pela sua família; QXZ de 76 anos relatando ser mulher e conselheira de um líder da greve, assumindo por completo a criação dos filhos; QXMV e QXEPE, ambas de 77 anos, e QXEPR, de 82 anos, relatando que cuidavam da família, participavam de piquetes, participavam da greve de fome e, ainda, organizavam as mulheres do movimento⁴⁰.

Como filhas e frutos desse movimento, QXL de 46 anos relata que nasceu durante a greve; QXCE de 48 anos relata que lembra de sua época de criança ser marcada por um movimento grande de pessoas e por ocasiões que se assemelhavam a reuniões; QXW de 56 anos lembra de participar da greve no colo do pai quando tinha apenas 4 anos. Temos, ainda,

³⁸SEFERIAN, Gustavo. Bumba, meu queixada, de César Vieira: um monumental cultural aos "operários sabedô dos seus direitos". In: Melo, Ezilda; Serau Júnior, Marco Aurélio. (Org.). **Pluralidades do Sentir**: Artes Plásticas, Dança e Teatro no Direito Brasileiro. 1ed.Salvador: Studio Sala de Aula, 2021, v. 1, p. 228-247.

³⁹SEFERIAN, Gustavo. Bumba, meu queixada, de César Vieira: um monumental cultural aos "operários sabedô dos seus direitos". In: Melo, Ezilda; Serau Júnior, Marco Aurélio. (Org.). **Pluralidades do Sentir**: Artes Plásticas, Dança e Teatro no Direito Brasileiro. 1ed.Salvador: Studio Sala de Aula, 2021, v. 1, p. 228-247.

⁴⁰ALVES, Maria Madalena Ferreira. **Mulheres em luta**: uma outra história do Movimento "Queixadas" de Perus. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

QXCA de 80 anos que era leiga consagrada e funcionária da Frente Nacional do Trabalho relatando que colaborava na parte de registros e panfletos⁴¹.

A pesquisa da autora teve início com as esposas de alguns líderes operários da greve dos Queixadas já conhecidas para aqueles que estudam o tema e, assim, tais mulheres e outras lideranças locais indicaram outras mulheres para também serem entrevistadas. No fim das contas, foram entrevistadas cinco mulheres de operários do movimento, três filhas de operários e uma colaboradora do movimento na época. Dentro desse grupo de mulheres, foram identificadas mulheres negras, brancas, brasileiras, estrangeiras, migrantes e imigrantes⁴².

Assim, como relatado no tópico anterior, as mulheres foram parte importante do movimento Queixada ao serem pilar familiar na criação de filhos, cuidarem da manutenção da renda familiar por meio da organização de grupos de costuras e outras atividades, sentarem na frente das fábricas carregando seus filhos e suas filhas com intuito de impedir que o trabalho fosse retomado, redigirem panfletos e documentos úteis para o movimento grevista, apoiarem e encorajarem seus companheiros a superarem sofrimentos, perseguições e decisões complexas, serem presas e torturadas em razão de todo ocorrido⁴³.

A questão é que devemos nos atentar a essa dinâmica para repensar o atual sistema econômico capitalista que desconsidera dependências materiais, como a natureza e seus limites e a impossibilidade de sobrevivermos sozinhos. A greve de Queixadas, com todas as suas nuances, nos mostra que é necessário fazer uma revisão realista do que estamos construindo e vivendo nos movimentos trabalhistas desde então⁴⁴.

O solo fértil, a capacidade de depuração das águas, a regulação do clima, a possibilidade de regenerar a vida cotidianamente, os estoques de energia e materiais necessários para a sobrevivência e a biodiversidade são elementos que estão desaparecendo em alta velocidade com o caminhar da produção capitalista desde os tempos do movimento de Queixadas até o atual momento que vivemos⁴⁵.

⁴¹ALVES, Maria Madalena Ferreira. **Mulheres em luta**: uma outra história do Movimento "Queixadas" de Perus. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

⁴²ALVES, Maria Madalena Ferreira. **Mulheres em luta**: uma outra história do Movimento "Queixadas" de Perus. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

⁴³ALVES, Maria Madalena Ferreira. **Mulheres em luta**: uma outra história do Movimento "Queixadas" de Perus. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

⁴⁴HERRERO, Yayo. Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário. In: ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, Sheyla Saori; HERRERO, Yayo. **Economia feminista e ecológica**: resistências e retomadas de corpos e territórios. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2020.

⁴⁵HERRERO, Yayo. Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário. In: ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, Sheyla Saori; HERRERO, Yayo. **Economia feminista e ecológica**: resistências e retomadas de corpos e territórios. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2020.

Se uma reflexão não for feita, chegaremos num um momento em que não será mais possível propor e supor um novo modelo, vez que as condições físicas do planeta terão se estabilizado em condições negativas. A proposta do ecofeminismo, portanto, é que a economia caminhe em direção a um modelo justo e sustentável. A economia feminista e a economia ecológica propõem que mudemos o foco de interesse para aquilo que possibilitaria uma boa vida ao invés de focar apenas no dinheiro e que valorizemos elementos, processos e sujeitos que foram considerados inferiores pelo pensamento hegemônico até então vigente⁴⁶.

A premissa básica é que separar seres humanos e natureza é imprudente, afinal somos seres profundamente interdependentes, embora o sistema capitalista ignore essa informação e considere que o corpo é apenas uma das mercadorias disponíveis. A economia feminista conclui, nesse mesmo sentido, que é totalmente contraditório considerar a reprodução natural e social das pessoas e o processo de acumulação capitalista em conjunto. Por sua vez, a economia ecológica considera inviável um metabolismo econômico que desconsidera os limites biogeofísicos e os ritmos exigidos para a regeneração da natureza⁴⁷.

De antemão, é preciso entender o diálogo entre o pensamento da economia feminista e da economia ecológica porque nenhuma das visões é completa por si só, sendo que ambas se pautam em contraposição às visões hegemônicas do poder político e do poder econômico que estão dispostos a quase tudo pelo objetivo de gerar lucro. O novo objetivo é reorganizar o conjunto da economia e da sociedade levando em conta o modo de funcionamento da natureza, suas dinâmicas e seus limites⁴⁸.

Para isso, no entanto, é preciso desmitificar algumas afirmações. A primeira delas é sobre como a economia capitalista reduz o conceito de valor ao do preço e descarta a complexidade da regeneração natural e dos trabalhos humanos que não fazem parte da esfera mercantil. Aqui, se defende que a produção seja uma categoria ligada à manutenção da vida e bem-estar das pessoas e também compatível com a disposição dos territórios e do ritmo da natureza⁴⁹.

⁴⁶HERRERO, Yayo. Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário. In: ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, Sheyla Saori; HERRERO, Yayo. **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.

⁴⁷HERRERO, Yayo. Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário. In: ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, Sheyla Saori; HERRERO, Yayo. **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.

⁴⁸HERRERO, Yayo. Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário. In: ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, Sheyla Saori; HERRERO, Yayo. **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.

⁴⁹HERRERO, Yayo. Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário. In: ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, Sheyla Saori; HERRERO, Yayo. **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.

A segunda afirmação diz respeito a como é inegável que, desrespeitados os limites do planeta, a redução do tamanho da esfera material da economia global é incontestável. Ademais, além de questionar um conjunto de indicadores que desconsideram bens e serviços essenciais para a vida como parte da riqueza, devemos questionar que considerem a própria destruição como uma riqueza⁵⁰.

Em outra perspectiva a ser questionada, o trabalho passou a ser concebido apenas como aquilo que é feito na esfera mercantil em troca de salário, mas precisamos incluir as funções realizadas no espaço de produção doméstica que garantem a reprodução e o cuidado dos corpos humanos. Para além, o trabalho e a terra não podem ser reduzidos a mercadorias a serem vendidas e nem o corpo a maquinário de trabalho. Se a regeneração e reprodução não são responsabilidades da economia, acabam submetidas ao espaço doméstico e apenas mulheres se responsabilizam⁵¹.

A manutenção da vida precisa ter a própria vida como centro. Para tal, o primeiro passo é a redução da extração e pressão sobre os ciclos naturais com a adaptação da humanidade para que extraia menos da Terra. Isso pode se dar com a luta pelo uso de recursos em declínio ou com processo de reajuste decidido e antecipado com critérios de equidade⁵².

Algumas medidas se apresentam como possíveis e adequadas, como, por exemplo, promover cultura de suficiência e autocontrole material, criar pequenas redes de comercialização, restaurar parte da vida rural, diminuir o transporte e a velocidade, realizar distribuição radical da riqueza e colocar a reprodução cotidiana da vida e bem-estar no centro, considerar custos de extração e regeneração, exigir o princípio de precaução e adequar os indicadores de dimensão biogeofísica⁵³.

Em contrapartida, alguns fatores devem ser combatidos, como os empregos em setores ou atividades que não são socialmente desejáveis, a fabricação de armas, a construção de usinas nucleares, a manutenção do setor automotivo, os empregos criados em torno de bolhas financeiras e imobiliárias. Com cautela, no entanto, é preciso que isso seja feito após um

⁵⁰HERRERO, Yayo. Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário. In: ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, Sheyla Saori; HERRERO, Yayo. **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.

⁵¹HERRERO, Yayo. Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário. In: ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, Sheyla Saori; HERRERO, Yayo. **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.

⁵²HERRERO, Yayo. Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário. In: ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, Sheyla Saori; HERRERO, Yayo. **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.

⁵³HERRERO, Yayo. Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário. In: ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, Sheyla Saori; HERRERO, Yayo. **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.

plano de reestruturação e cobertura social pública, sendo preciso incorporar, visibilizar e valorizar todos os trabalhos, incluindo os não remunerados e essenciais para o bem-estar humano, principalmente com rompimento do modelo de divisão sexual do trabalho que é útil ao patriarcado⁵⁴.

Assim, já concluímos que a justiça se relaciona diretamente com a distribuição e divisão da riqueza e que se deve diferenciar as propriedades vinculadas à habitação ou ao trabalho na terra daquelas vinculadas à acumulação, bem como incentivar organizações como modos alternativos de produzir, cuidar ou distribuir, gerenciar propriedades, financiar projetos e coletivos⁵⁵.

A sustentabilidade deve então ser entendida e amplamente divulgada, em suma, como um conceito que se refere ao processo de desenvolver condições de vida, padrões de vida ou qualidade de vida aceitáveis para toda a população. Há o pressuposto de uma relação harmoniosa entre a humanidade e a natureza, entre humanas e humanos. O grande desafio a ser enfrentado é o convencimento das pessoas de que todo esse processo é necessário e mobilizar as pessoas em direção a essa transição. O modo de cumprir essa tarefa é por meio do trabalho coletivo em instituições, redes e organizações civis⁵⁶.

Dentro dessa lógica de feminismo e ecologia, temos uma epistemologia ecofeminista. Ligada ao saber religioso se refere a seres, situações, relações que não podem ser facilmente partilhadas ou explicadas. Para refletir sobre isso, temos que a relação entre consumo e produção não é direta e proporcional e que a ressignificação epistemológica é o primeiro passo para encontrar pistas de compreensão da estrutura do conhecimento religioso institucionalizado⁵⁷.

Mas por que refletir sobre isso? Isso pode ser respondido até pela lógica das e dos Queixadas em que muitos participavam das Comunidades Cristãs Católicas e encontravam na espiritualidade uma fonte de sustentação da luta sindicalista. As CEBs, inclusive, se

⁵⁴HERRERO, Yayo. Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário. In: ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, Sheyla Saori; HERRERO, Yayo. **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.

⁵⁵HERRERO, Yayo. Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário. In: ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, Sheyla Saori; HERRERO, Yayo. **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.

⁵⁶HERRERO, Yayo. Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário. In: ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, Sheyla Saori; HERRERO, Yayo. **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.

⁵⁷GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**: ensaio para repensar o conhecimento e a religião. São Paulo: Olho D'água, 1997.

diferenciam das outras igrejas ao proporem um “novo modo de ser igreja” em que há união entre fé e vida, ou seja, uma fé que inclui repercussões sociais e políticas⁵⁸.

Tanto é assim que freiras, leigas consagradas, lideranças de comunidades e missionárias fizeram parte de toda história. O trabalho das freiras foi importante para manter as relações entre homem e mulher e também para organização financeira das mulheres⁵⁹.

A epistemologia aqui dita é aquela em sentido amplo, não restrito à filosofia, que se preocupa em refletir sobre a adequação de nossas ideias à realidade e fala sobre pensarmos sobre as coisas e nós mesmos. A questão epistemológica se relaciona com a atuação cotidiana nos meios populares, os processos de transmissão do conhecimento e a estrutura hierárquica de poder das bases de nossa sociedade e de nosso conhecimento⁶⁰.

A ecologia com certo feminismo, apresentada nesse tópico, mostra a conexão entre a dominação das mulheres e da natureza do ponto de vista da ideologia cultural e das estruturas sociais e deseja novas formas de pensar sobre nosso planeta e bem-estar. Embora mulheres e as questões do ecossistema sempre tenham existido, não eram considerados constitutivos do conhecimento. A ideia é incluir questões de gênero e ecológicas nos modos humanos de conhecer⁶¹.

Assim, temos uma epistemologia que foge daquela construída por seres masculinos para definir o conhecimento humano e criamos uma que se volta para busca de sabedoria em conexão com o conjunto de todos os seres vivos. Importante lembrar que a hierarquização do saber corresponde à hierarquização social e, novamente, vemos questões raciais e de gênero tomarem forma de forma que a natureza, fauna e flora, bem como as mulheres e os negros como armas de guerra, não são estudos nas perspectivas históricas⁶².

A forma de conhecer é fruto do ambiente, educação e lugar social. Aqui, destaca-se a epistemologia ecofeminista, embora haja epistemologia patriarcal (de caráter essencialista, com manutenção de referencial histórico e fundamentalista em relação à Bíblia); epistemologia monoteísta (entende que há um Deus que resume o conhecimento humano, estrutura patriarcal, humanos masculinos como maiores responsáveis pela imagem de Deus,

⁵⁸ALVES, Maria Madalena Ferreira. Mulheres em luta: uma outra história do Movimento "Queixadas" de Perus. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

⁵⁹GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**: ensaio para repensar o conhecimento e a religião. São Paulo: Olho D'água, 1997.

⁶⁰GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**: ensaio para repensar o conhecimento e a religião. São Paulo: Olho D'água, 1997.

⁶¹GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**: ensaio para repensar o conhecimento e a religião. São Paulo: Olho D'água, 1997.

⁶²GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**: ensaio para repensar o conhecimento e a religião. São Paulo: Olho D'água, 1997.

teologia tradicional, mulheres silenciadas, queimadas e submetidas ao que se coloca como certo); epistemologia privilegiadamente androcêntrica (representante da luta do Êxodo é Moisés, figuras femininas desaparecem do cenário e mulheres na Bíblia foram apagadas pela dominação patriarcal); epistemologia de verdades eternas (verdades indiscutíveis, conhecimento natural e conhecimento sobrenatural sem contradição); epistemologia aristotélico-tomista (distingue verdades adquiridas pela razão natural e verdades da fé, racionalista e mecanicista da Modernidade científica e cria barreiras para a reflexão feminista); entre outras⁶³.

Em tons conclusivos, o que se propõe é atenção para o que prega a epistemologia ecofeminista. Busca-se denunciar o caráter ideológico de boa parte da ciência patriarcal e deseja introduzir outra epistemologia por sua percepção diferente do ser humano, de sua relação com a Terra e com o Cosmos. Nesse sentido, seria importante conhecer e experimentar, inclusive nosso corpo, os limites de nosso corpo, os limites de nossa intimidade pessoal e também entender o que conhecemos sem ignorar nossa realidade humana, nossa realidade cósmica mais ampla e nossa realidade de ecossistema⁶⁴.

A ideia é ampliar nossas perspectivas para que possamos respeitar o conhecimento animal, vegetal e cósmico. Desse modo, reduzimos a competitividade nas escolas e na organização econômica e nos abrimos para o cultivo de qualidades esquecidas em um sistema hierárquico e excludente. Nesse ponto, o presente trabalho tentou demonstrar que a epistemologia ecofeminista introduz a questão de gênero e a questão ecológica e que isso se relaciona com o que as e os Queixadas fizeram, de acordo com suas limitações temporais, porque é preciso revelar a importância da participação feminina em tudo que ocorreu e também repensar como devemos alterar a estrutura capitalista desde aquele momento questionada⁶⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento das e dos Queixadas se localiza em uma história de luta sindical que, desde seu princípio europeu, se mostra desafiada pelos embates de poder entre organizações de trabalhadores e governo burguês. No Brasil, as questões de raça e gênero se destacam

⁶³GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**: ensaio para repensar o conhecimento e a religião. São Paulo: Olho D'água, 1997.

⁶⁴GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**: ensaio para repensar o conhecimento e a religião. São Paulo: Olho D'água, 1997.

⁶⁵GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**: ensaio para repensar o conhecimento e a religião. São Paulo: Olho D'água, 1997.

perante uma história brutal de colonização que submete a estrutura do capital aos preconceitos e papéis estruturais a que se submetem aqueles que são oprimidos. Não é possível ler nenhuma passagem da luta sindical brasileira sem atenção aos elementos individualizadores de nossa história.

É, portanto, inegável que o ocorrido no movimento das e dos Queixadas também perpassa o momento ditatorial imposto em nosso país e suas consequências intimamente ligadas à nossa trajetória racial e, especialmente destacada no presente trabalho, de gênero. O que ocorreu em Perus, na década de 60, impulsiona uma reflexão abrangente sobre como os moldes capitalistas são nocivos em sua perspectiva patriarcal e ambiental dentro do que consideramos como trabalho.

Propor que olhemos para essa vivência pela ótica do ecofeminismo é desafiar nossos olhares já treinados por um conhecimento pautado por homens e direcionados para manutenção do poder baseada em concepções de riqueza deturpadas pelo capitalismo. Assim, sugestões foram feitas para que o movimento Queixada seja ressignificado em prol do reconhecimento do trabalho de mulheres e também do avanço em termos ambientais para que um caminho virtuoso que leva em consideração a equidade e os limites impostos pelo planeta sejam cada vez mais incluídos nas pautas daqueles lutam no âmbito dos direitos trabalhistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Madalena Ferreira. **Mulheres em luta**: uma outra história do Movimento "Queixadas" de Perus. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**: ensaio para repensar o conhecimento e a religião. São Paulo: Olho D'água, 1997.

HERRERO, Yayo. Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário. In: ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, Sheyla Saori; HERRERO, Yayo. **Economia feminista e ecológica**: resistências e retomadas de corpos e territórios. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.

MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer; GÓIS, Tainã. Os reflexos de quem somos hipóteses acerca do trato racial e da auto-organização na constituição da classe operária e do direito do trabalho na primeira república. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia: v. 45, n. 1, 2017.

SEFERIAN, Gustavo. Bumba, meu queixada, de César Vieira: um monumental cultural aos "operários sabedô dos seus direitos". In: Melo, Ezilda; Serau Júnior, Marco Aurélio. (Org.). **Pluralidades do Sentir**: Artes Plásticas, Dança e Teatro no Direito Brasileiro. 1 ed. Salvador: Studio Sala de Aula, 2021, v. 1, p. 228-247.

STOTZ, Eduardo; CIRNE, Moacy; COLÓNIA, Wilma. **Contribuições para um debate**: o sindicato e sua história. Rio de Janeiro: CEACULT, 1981.